

## Indonésia e Timor: dois caminhos para a independência\*\*

### INTRODUÇÃO

Em Agosto de 1995, os indonésios celebraram o 50.º aniversário da sua independência relativamente aos holandeses. No mesmo mês, o povo de Timor Leste lembrava um aniversário menos feliz: a eclosão da guerra civil de Agosto de 1975, que acabaria por levar, em 28 de Novembro do mesmo ano, à declaração unilateral de independência da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) e, a 7 de Dezembro, à invasão indonésia do antigo território português. Todos estes eventos faziam vinte anos nesse ano jubilar indonésio.

Para os historiadores da Indonésia moderna existe uma profunda ironia na justaposição destes dois, muito diferentes, conjuntos de aniversários. Ocorrer-nos perguntar o que pensariam de tudo isto os primeiros fundadores do nacionalismo indonésio: um povo anteriormente colonizado que celebra o seu meio século de independência, ao passo que, nas fronteiras da sua república, um território recentemente anexado assinala duas décadas de governação

---

\* Trinity College, Oxford.

\*\* Este artigo foi originalmente apresentado no âmbito da Public Education and Dialogue Conference, subordinada ao tema «East Timor: its future in the Asia Pacific», que se realizou na Universidade de Tecnologia de Sydney de 21 a 24 de Junho de 1996. Uma versão muito abreviada foi publicada sob o título «To struggle for freedom: Indonesia yesterday, East Timor today», in *Inside Indonesia* (Northcote, NSW), 49, 1997, pp. 26-27. O autor gostaria de agradecer ao Dr. Gerrit Knaap (Koninklijk Instituut, Leiden), ao Dr. Gerry van Klinken (Research School of Pacific and Asian History, Australian National University) e ao Dr. Nigel Phillips (SOAS) pela ajuda prestada.

colonial. Suwardi Suryaningrat (1889-1959) teria certamente reconhecido a agudeza do momento. Pois foi Suryaningrat quem em Julho de 1913, data em que os holandeses tiveram a ousadia de pedir aos seus súbditos coloniais indonésios um contributo em dinheiro para a celebração do centenário da sua libertação da ocupação francesa no final das guerras napoleónicas, publicou o seu célebre artigo «Als ik eens Nederlander was» («Se ao menos eu fosse holandês»), apontando a inépcia política de tal pedido em semelhante momento e expondo a ruína moral do governo holandês (Scherer, 1985, pp. 89-93; Penders, 1977, pp. 232-234).

Dada a volatilidade dos actuais desenvolvimentos políticos na Indonésia e a necessidade de repensar a relação entre o centro e a periferia enquanto a república se prepara para entrar no século XXI<sup>1</sup>, poderá ser útil reflectir sobre as lições que a Indonésia deverá retirar da sua própria história de luta anti-colonial no período anterior à guerra e sobre o modo como essa experiência pode encontrar paralelo na experiência do próprio povo de Timor Leste ao longo das últimas duas décadas desde a invasão indonésia de Dezembro de 1975. Este artigo analisará primeiramente o impacto do «desenvolvimento» nas Índias de antes da guerra e no Timor Leste pós-1975, passando então a considerar o modo como a religião e a língua contribuíram para o aprofundamento de uma consciência nacionalista específica indonésia e timorense na «era do despertar nacional» (*jaman kebangkitan nasional*) e do movimento juvenil pós-1988 (*intifada*) em Timor Leste.

## COLONIALISMO E DESENVOLVIMENTO: DO *OPBOUW* AO *PEMBANGUNAN*

Tanto o Estado colonial holandês do período anterior à guerra como o regime de Suharto no Timor Leste ocupado tomaram por dado adquirido o seu direito de domínio. Contudo, ambos procuraram enfeitar esse domínio com o discurso do desenvolvimento e do «bom governo».

Para os holandeses, esta abordagem foi principalmente moldada pela «política ética» (1901-1930), que se inspirou no discurso de 1901 da rainha

---

<sup>1</sup> Para uma análise útil das implicações políticas e constitucionais das desigualdades da relação económica entre Java e as «ilhas exteriores», v. Booth (1992, pp. 32-47). Os recentes (Março de 1996) tumultos que se fizeram sentir nas cidades de exploração mineira do cobre de Tembagapura e Timika estimularam, na Indonésia, o debate sobre a questão da autonomia regional e a necessidade de regulamentar o influxo de migrantes originários de diversas regiões da Indonésia para as províncias menos desenvolvidas, como Irian Jaya (v. K. T. Arasu, «Irian riots, hostage taking raises autonomy question», in *Reuters*, 14 de Março de 1996, citando Dewi Fortuna Anwar e Dr. Amir Santoso).

Wilhelmina (r. 1890-1948) em que afirmava que, «enquanto potência cristã, a Holanda é obrigada a levar a cabo uma política governamental nas Índias na consciência de que os holandeses possuem um dever moral para com os povos destas regiões» (Doel, 1996, p. 157). Esta política exprimia uma vontade do Estado colonial holandês para se envolver nos assuntos económicos e sociais do arquipélago em nome da eficácia racional e dar prioridade ao «desenvolvimento» (*opbouw*, literalmente, construção). Foi um período de melhorias a nível dos serviços médicos, da educação, da expansão das comunicações, dos sistemas de irrigação, das infra-estruturas económicas e sociais e do início da transmigração de Java para as ilhas exteriores [que começou em 1902, com as primeiras colónias em Lampung (Samatra do Sul)]. Tudo isto, contudo, trouxe tantos benefícios aos interesses comerciais holandeses como aos dos próprios indonésios e dependia fortemente da crescente procura de produtos coloniais nos mercados mundiais. Quando, no início da década de 20, os preços destes produtos caíram, os conservadores holandeses começaram a criticar a «política ética» por ter encorajado o crescimento do movimento nacionalista indonésio, instruindo uma nova geração de intelectuais descontentes. A política colonial holandesa começou então a tomar um rumo mais repressivo e reaccionário. E de tal maneira que na altura em que o governador-geral Bonifacius Cornelis de Jonge, ex-ministro da Guerra e director da Royal Dutch Shell (então chamada Bataafsche Petroleum Maatschappij, ou Companhia Petrolífera da Batávia), assumiu o cargo, em 1931, as forças da reacção estavam em firme ascensão. A administração de de Jonge (1931-1936) assistiu ao encarceramento ou exílio interno (dentro da Indonésia) de grande parte da liderança nacionalista indonésia, bem como ao abandono definitivo das iniciativas liberais. As ideias favoráveis ao autogoverno das Índias, propostas pelo governador-geral J. P. van Limburg Stirum (no cargo entre 1916 e 1921) e pelos reformadores coloniais progressistas após o fim da primeira guerra mundial, eram agora liminarmente rejeitadas, uma rejeição resumida por de Jonge em 1936, pouco antes da sua partida, na seguinte declaração:

Agora que aqui trabalhamos [...] há trezentos anos, julgo que outros trezentos poderão bem ter de passar antes que as Índias se encontrem talvez maduras para qualquer tipo de independência [Doel, 1996, p. 244].

Com os primeiros sintomas da grande depressão dos anos 30, tornou-se evidente que os interesses comerciais ocidentais, em particular os do sector dos grandes proprietários (café, açúcar, etc.), seriam protegidos às custas dos produtores locais (O'Malley, inédito, pp. 60-89). Foi a época em que o líder fascista holandês Anton Adriaan Mussert (1894-1946) encontrou o seu mais fervoroso apoio nas colónias holandesas, a época em que mesmo uma proposta tão

moderada como a da «petição» de Sutarjo (Julho de 1936) — em que solicitava uma conferência para a preparação do estatuto de soberania para a Indonésia no prazo de dez anos, em conformidade com as linhas da Commonwealth das Filipinas (1934-1942) — foi rejeitada pelas autoridades holandesas, que a consideraram irrealista (Penders, 1977, pp. 141-147; Cribb, 1992, p. 456). Já no seu discurso de defesa durante o seu julgamento em Bandung, em 1930, Sukarno, o futuro primeiro presidente da Indonésia (1945--1967), tinha advertido os holandeses da eminente guerra do Pacífico, da qual Java emergiria triunfante e vingada (Soekarno, 1956 e 1963-1974). Porém, o governo cada vez mais conservador das Índias Holandesas não lhe deu ouvidos. Que tinha ele a temer de um bando de agitadores, os quais, na sua opinião, não contavam verdadeiramente com o apoio do povo indonésio? Além disso, como podiam eles sequer falar em «Indonésia», já que, dada a enorme diversidade étnica do arquipélago, o próprio conceito de um país unificado não fazia qualquer sentido? Não, se os holandeses partissem, as Índias Holandesas mergulhariam no caos: os grupos étnicos voltar-se-iam uns contra os outros e a cuidadosamente estabelecida *rust en orde* («paz e ordem») do Estado colonial seria despedaçada por infindáveis *vendettas* políticas.

Quando nos debruçamos sobre o discurso e posições oficiais indonésios em Timor Leste no seguimento da invasão de 7 de Dezembro, muita da mesma retórica e prática surge em evidência. Tal como os holandeses, os oficiais indonésios têm persistentemente justificado a intervenção em Timor como uma forma de restaurar a «paz e a ordem». Tal como um oficial superior do exército indonésio pôs a questão:

O povo não tem alternativa, além da integração na Indonésia. O território [após a eclosão da guerra civil de Agosto de 1975 e a retirada da administração colonial portuguesa para Ataúro] estava mergulhado no caos e havia intensos combates entre a FRETILIN e outros grupos [políticos] [...] era uma grande e sangrenta confusão. Qualquer indivíduo pró-integração e contra a FRETILIN era capturado e executado pela FRETILIN. Foi nesta situação que a Indonésia interveio. Por conseguinte, a integração foi levada a efeito, não devido a qualquer ideologia particular, mas mais em prol da segurança pessoal e física do povo, amplamente submetido à FRETILIN por meio das armas e de métodos cruéis. Em face disto, os aspectos da segurança são de importância crítica para a compreensão da questão de Timor Leste [...] [Bilveer Singh, 1995, p. 67].

No início dos anos 80, uma vez concluída «com êxito» a fase de repressão militar daquilo a que o exército indonésio apelidava de GPK (*gerombolan pengacau keamanan*, «bandos de destruição da segurança») — ao custo de

cerca de 200 000 vidas, entre um quarto e um terço da população pré-1975<sup>2</sup> —, Jacarta introduziu a sua própria versão da política ética. Esta política esteve associada aos dez anos de governação de Mário Viegas Carrascalão (1982-1992), período em que cerca de 600 milhões de dólares americanos (quase 1000 dólares por cada homem, mulher e criança timorenses sobreviventes) foram supostamente gastos em projectos de desenvolvimento, com somas particularmente elevadas investidas nos sectores das infra-estruturas (estradas, portos) e das instalações administrativas. Em 1990, cerca de 50 000 timorenses tinham terminado os estudos nos liceus de língua indonésia e cerca de outros 1000 tinham estudado nas duas faculdades técnicas do território (Fatumaca e Díli) ou frequentado universidades no interior da Indonésia, um rácio bastante mais elevado do que os estimados 0,25% de população indígena timorense que beneficiara de educação superior de língua portuguesa (e, desse modo, acedera ao estatuto de *assimilado/civilizado*) sob a administração portuguesa no início dos anos 70 (Weatherbee, 1966, p. 684; Saldanha, 1994, pp. 242-253 e 279-284).

Contudo, à semelhança da política ética holandesa, existiam fortes indícios de que o desenvolvimento das infra-estruturas e das instalações administrativas era tão benéfico aos interesses comerciais do poder colonial ocupante como à população indígena. Enquanto o governador-geral de Jonge tinha chegado às Índias no início dos anos 30 com fortes ligações à principal companhia petrolífera holandesa, os generais indonésios (Murdani, Dading Kalbuadi e Adolf Sahala Rajagukguk) que tinham presidido à conquista militar de Timor Leste entre inícios e meados dos anos 70 protegiam os seus próprios interesses comerciais por meio do controle conjunto de uma empresa gerida por chineses, a PT Denok Hernandez Internacional. Actualmente (depois de 1989) chamada PT Batara Indra, a empresa depressa estabeleceu um monopólio sobre as vendas de café e de madeira de sândalo e a produção de mármore, além de alargar os seus interesses aos ramos da imobiliária, dos transportes, do turismo, da indústria do entretenimento e da produção de açúcar (Aditjondro, 1994, pp. 17 e 31; Mubyarto *et al.*, 1991, pp. 48-49).

---

<sup>2</sup> Para uma análise cuidadosa das baixas demográficas durante o período 1975-1981, no seguimento da invasão indonésia, v. Defert (1992, pp. 147-151 e figura 8), que cita um valor inferior (baseado em estatísticas indonésias), de 170 000, e um valor superior (baseado em estatísticas da Igreja), de 308 000. Antes da invasão indonésia, a população de Timor Leste rondava os 696 000 habitantes (v. Defert, 1992, p. 148). As baixas militares indonésias não foram divulgadas, mas supõe-se que a Indonésia terá perdido o equivalente a duas divisões (ou seja, 16 000 homens). O equivalente mais próximo durante o período final colonial holandês (isto é, entre 1870 e 1942), para este nível de baixas populacionais, foi a guerra de Aceh (1873-1903), em que 100 000 homens (de uma população total de apenas pouco mais de 600 000) perderam a vida (v. Cribb, 1992, p. 3, e Bezemer, 1921, p. 19). As baixas militares holandesas rondaram os 12 000, um valor que inclui um grande número de soldados originários de Ambon e de outras partes da Indonésia.

Contudo, as actividades económicas dos militares indonésios foram sempre camufladas sob a vistosa fachada do desenvolvimento (*pembangunan*). Em meados dos anos 90, a situação foi institucionalizada por meio da chamada «Operação Territorial» (*Operasi Teritorial*, ou *Opster*), que envolveu soldados em projectos de construção locais, tendo então a «abordagem da prosperidade» supostamente suplantado as mais simples exigências de segurança (Saldanha, 1994, pp. 175, 177 e 324; Mubyarto *et al.*, 1991, pp. 60-62). À semelhança dos oficiais holandeses da última fase do período colonial, que tinham repellido os ataques dos nacionalistas indonésios e dos liberais holandeses da era da pré-depressão em defesa da economia colonial em crescente desenvolvimento, os oficiais indonésios encarregados de defenderem a actuação do seu país em Timor Leste perante os países ocidentais afirmavam agora que a Indonésia tinha feito mais por Timor Leste em vinte anos do que os portugueses em quatro séculos e meio<sup>3</sup>. Contudo, aquilo que tanto holandeses como indonésios acharam conveniente omitir foi que os custos deste desenvolvimento económico recaíam frequentemente sobre os sectores mais pobres — indígenas — da população. No caso de Timor Leste, o monopólio gerido pela PT Batara Indra, com ligações ao exército, obrigava os produtores de café a venderem a sua produção por menos de um terço dos preços mundiais (0,67 dólares, em vez de 2,20 dólares por quilograma) (UNGA, inédito, p. 3; Mubyarto *et al.*, 1991, pp. 48-50) e diversas terras agrícolas, temporariamente abandonadas devido aos confrontos armados, eram ocupadas e utilizadas como locais de transmigração para indonésios provenientes das ilhas mais interiores, ou para a produção de café, sem que um só centavo de indemnização fosse pago aos proprietários originais (Aditjondro, 1994, pp. 17-18, 26, 31 e 41, nota 2).

Uma situação similar prevalecia nas Índias Holandesas no período anterior à guerra, em que a população indonésia indígena pagava em impostos uma proporção bastante mais elevada dos seus rendimentos do que os holandeses e chineses mais ricos, um fardo que parece ter aumentado ao longo da década de 30, à medida que a depressão se agravava (Kahin, 1970, pp. 25-27). Simultaneamente, embora existissem acentuadas variações regionais (a produção dos pequenos proprietários nas ilhas exteriores, por exemplo, continuou a desempenhar um papel significativo nas exportações não petrolíferas da Indonésia e Java continuou a ser uma área de importação), o facto de, em 1940, as exportações registarem uma taxa duas vezes superior à das importações parecia indicar que — pelo menos na óptica dos nacionalistas indonésios — a relação colonial com a Holanda era fundamentalmente uma relação de exploração (Kahin e Kahin, 1995, pp. 20 e 246, nota 1).

---

<sup>3</sup> V. Alatas (1992, p. 9) («mais estradas asfaltadas, pontes, escolas, hospitais e centros de saúde, mercados públicos e locais de culto foram construídos nos últimos dezasseis anos desde a integração do que durante todos os 450 anos de domínio colonial»).

O desenvolvimento do sector educativo sob a «política ética» holandesa e a política indonésia de *pembangunan* em Timor Leste teve, ademais, resultados políticos similares, produzindo uma nova geração de jovens instruídos com oportunidades locais de emprego mínimas e domínio de uma língua estrangeira, o que lhes daria acesso a um mundo além do seu país natal, bem como a capacidade para reflectirem sobre a sua difícil situação colonial. Ao longo dos últimos anos da década de 80, mesmo enquanto a Indonésia se preparava para «abrir» Timor Leste, o número de jovens timorenses excluídos da força de trabalho, agora dominada por «intrusos», continuava a aumentar. Enquanto, em 1983, 21% tinham trabalho, em 1987 apenas 3,4% dos cerca de 4707 indivíduos que procuravam emprego conseguiram alcançar o seu objectivo. De facto, o número total de oportunidades de emprego criadas pelo IV Plano Quinquenal de Desenvolvimento indonésio (1983-1989) foi, lamentavelmente, de 1675, ligeiramente menos de 4% do que teria sido necessário para dar trabalho a todos aqueles que terminaram a sua formação académica nesse período. Nem as empresas privadas nem o governo local eram capazes de absorver esta nova geração de brilhantes e habilitados jovens timorenses, ao passo que as práticas monopolistas das empresas dominadas pela instituição militar tinham efectivamente «fechado» sectores inteiros da nova economia aos jovens timorenses que completavam os estudos secundários e superiores (Mubyarto *et al.*, 1991, p. 58). «Para que servem os estudos se não existe maneira de se conseguir um emprego decente?», afirmou um deles. «Actualmente [1990], todos os empregos na função pública estão-nos vedados. Se o chefe de gabinete regional [Kabanwil] de um departamento [do governo local] for um recém-chegado [isto é, um indonésio], estará apenas interessado em trabalhar com os seus parentes, ou pelo menos com pessoas da mesma região que ele» (Mubyarto *et al.*, 1991, p. 55).

Grande parte destes sentimentos de impotência e frustração foram experimentados, no período anterior à guerra, pelo pequeno grupo de indonésios saídos das escolas e universidades holandesas. Em 1940 — cerca de um ano antes do colapso do domínio holandês — apenas 7% (221 de 3039) dos cargos superiores da função pública eram ocupados por indonésios. Dez anos antes, uma comissão governamental holandesa tinha descoberto que os alunos formados pelo sistema educativo ocidental eram em número duas vezes superior ao dos postos de trabalho e que a situação se deteriorava rapidamente (Kahin e Kahin, 1995, p. 21). Foi esta maré crescente de frustração entre a juventude instruída indonésia que conduziu ao crescente apoio, em finais dos anos 20 e inícios dos anos 30, dos nacionalistas anticooperação (isto é, aqueles que defendiam a *merdeka* [independência] absoluta relativamente aos holandeses), em particular do SNI de Sukarno. O descontentamento encontrou voz no «Juramento da Juventude» (*Sumpah Pemuda*) de Outubro de 1928 (o hino nacional da Indonésia — *Indonesia Raya* — foi também composto para este congresso juvenil pró-



-Indonésia), que adoptou formalmente a Indonésia como quadro de referência para a luta contra os holandeses, proclamando que eram um povo (*bangsa Indonesia*), com uma língua (*bahasa Indonesia*) e uma pátria (*tanah Indonesia*). Dezassete anos mais tarde, a geração que sucedeu a estes jovens nacionalistas, os chamados *pemuda*, teria um papel fundamental na proclamação da declaração da independência (17 de Agosto de 1945), juntando-se em dezenas de milhares às unidades revolucionárias armadas para defender essa independência contra o regresso dos holandeses (Anderson, 1972).

Em Timor Leste, muitos dos mesmos processos que conduziram à emergência de um movimento juvenil nacionalista de base urbana na Indonésia dos finais do período colonial estavam (e estão ainda) em funcionamento. A ocupação estrangeira, a exploração económica, a marginalização cultural e social, o desemprego, tudo isso contribuiu para forjar um novo sentimento de nacionalismo timorense entre a juventude instruída de Díli e dos outros centros urbanos. Em Timor Leste, contudo, em maior medida ainda do que nas Índias Holandesas do período anterior à guerra (em que o papel económico dos chineses criava uma crescente insatisfação, mas onde a proporção de chineses, árabes e outros asiáticos «estrangeiros» relativamente à população indígena era muito menor), o sentimento de frustração foi exacerbado pela presença de um grande número de recém-chegados provenientes de outras regiões da Indonésia. Entre estes, os bugis e os makassareses, originários do Sul de Sulawesi, suscitaram especial animosidade, dado o seu controle, em inícios dos anos 90, do comércio a retalho do território. Animosidade gerava também o número cada vez maior de funcionários públicos indonésios, os quais viriam a ser apelidados de «Batalhão 702», o que aludia à sua prática de saírem de manhã cedo para o emprego [7], sem trazerem qualquer benefício à economia local [0], e regressarem a casa no início da tarde [2] (Mubyarto *et al.*, 1991, p. 54).

Numa comovente memória pessoal, um jovem timorense (actualmente exilado na Austrália), Donaciano Gomes, descreve o seu próprio caminho rumo ao activismo político:

Foi em 1983-1984 que conheci uma pessoa que se tinha tornado membro da guerrilha de resistência enquanto vivia numa aldeia. Foi mais tarde capturada pelas forças indonésias, submetida a torturas terríveis e depois enviada como prisioneiro político para a ilha de Ataúro [junto à costa setentrional de Timor Leste]. Morreu no espaço de um ano. Fui naturalmente influenciado por estes acontecimentos. Quem não o seria? [...] Para mim, crescer em Timor Leste foi uma experiência profundamente trágica [Carey e Bentley, 1995, p. 107].

Donaciano passa então a descrever o modo como ele e os amigos se envolveram na organização e realização de uma manifestação de protesto



durante a visita do papa João Paulo II a Timor Leste em Outubro de 1989, uma acção que mais tarde o obrigaria a exilar-se, após um período de prisão e tortura às mãos das forças de segurança indonésias (Carey e Bentley, 1995, pp. 107-108). Seguiram-se outras manifestações: por exemplo, o protesto de 17 de Janeiro de 1990, durante a celebração do 15.º aniversário da diocese de Díli, e, o momento mais sangrento de todos, a manifestação de Santa Cruz de 12 de Novembro de 1991, altura em que as tropas indonésias abriram fogo sobre a multidão, matando cerca de 270 pessoas e ferindo 382, com 250 pessoas subsequentemente declaradas «desaparecidas» (Amnistia Internacional, 1994, p. 13; Paz é Possível em Timor-Leste, 1992, p. 3). Todas estas manifestações envolveram a juventude timorense, que emergia agora como uma força política por direito próprio e como o coração da resistência civil à ocupação indonésia, complementando a resistência armada da guerrilha nas montanhas.

O significado deste movimento juvenil foi reconhecido tanto pelos indonésios como pela liderança da FRETILIN. Num discurso em tom notavelmente semelhante ao do governador-geral de Jonge, meio século antes, o general Murdani, então ministro da Defesa indonésio (no cargo entre 1988 e 1993), censurou os jovens manifestantes timorenses no seguimento do incidente de Monjo:

Não sonhem com um estado [independente] de TimTim [Timor Timur, isto é, Timor Leste]. Não existe tal coisa! Têm existido maiores rebeliões<sup>4</sup>, têm existido maiores diferenças de opinião relativamente ao governo do que esse pequeno grupo auto-intitulado FRETILIN e seus partidários, sejam eles quem forem. Esmagá-los-emos a todos! Repito: esmagá-los-emos a todos! [Murdani, 1990, pp. 14-15].

Xanana Gusmão, no seu julgamento de Maio de 1993, sublinhou também a importância da juventude de Timor Leste, enfatizando que «um povo que se conhece a si próprio não pode ser submetido, não pode ser subjugado»:

Sabemos que não podemos esperar uma vitória militar, mas a resistência clandestina é hoje mais activa do que em qualquer outro momento ao longo dos últimos quinze anos [1975-1990] de guerra. Existem grupos

---

<sup>4</sup> Murdani está aqui a referir-se ao levantamento «comunista» ocorrido em Madiun em Setembro de 1948, à revolta secessionista da Republik Maluku Selatan (RMS), em Ambon, em 1950, aos movimentos do Darul Islam em Java ocidental (1948-62), no Sul de Sulawesi (1952-1965) e em Aceh (1953-1959), aos levantamentos federalistas do PPRI-Permesta, em Samatra ocidental e no Norte de Sulawesi, em 1958-1961 e ao esmagamento do Partido Comunista Indonésio (PKI), no seguimento do *coup d'état* de 30 de Setembro de 1965. No próprio momento em que falava decorria uma importante operação militar contra o movimento Aceh Livre (Aceh Merdeka), 1989-1991, liderado por Hasan Ditiro, que resultou em cerca de 2000 mortos (v. Kell, 1995, pp. 74-75).

organizados em cada aldeia e a juventude sente-se [agora] envolvida na luta pela independência [...] na verdade, para nós, resistir apenas é já uma vitória, e, se os indonésios imaginam que com o extermínio da FRETILIN [Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste] vão conseguir pôr um fim à guerra, estão muito enganados [Defert, 1992, p. 204, citando Domm, 1990].

A emergência de um maior sentimento de identidade nacional entre a geração mais jovem de Timor Leste foi, em grande medida, apoiada pelo desenvolvimento de uma língua nacional (o *tetun*) e pela influência da Igreja católica, uma influência já evidenciada pela importância, em finais dos anos 80 e inícios dos anos 90, dos eventos religiosos como oportunidades para manifestações políticas. Neste domínio, os paralelismos com a Indonésia do período anterior à guerra — especialmente quanto ao ainda controverso contributo do islamismo político para a luta da independência — tornam-se ainda mais interessantes e é sobre estes que iremos de seguida debruçar-nos na parte final deste trabalho.

#### FORJAR UMA NAÇÃO: O PAPEL DA RELIGIÃO E DA LINGUAGEM

A fundação da associação Budi Utomo («Nobre Esforço») pelos jovens estudantes javanese da Escola Médica de Batávia (Jacarta) em 20 de Maio de 1908, sob a direcção do Dr. Wahidin Sudiro Husodo (1857-1917), é frequentemente considerada o início do período do despertar nacional da Indonésia. Contudo, só depois de 1921, com o desenvolvimento do Sarekat Islam (SI), a Indonésia conheceria um verdadeiro movimento popular, um movimento capaz de conquistar o apoio de um sector alargado da população. O SI visava a promoção do islão e de um espírito comercial entre os indonésios, principalmente no contexto da rivalidade com os chineses, cuja penetração na indústria *batik* conduzira, por meio da Sino-Javanese Kong Sing (organização de ajuda mútua), à Associação dos Comerciantes Islâmicos (Sarekat Dagang Islam), da qual resultaria o posterior SI (Shiraishi, 1990, pp. 39-40). Reivindicando 2 milhões de membros em finais da primeira guerra mundial, o SI serviu-se do islão para unir a população indígena contra os holandeses e chineses não islâmicos, numa estratégia muito semelhante à do príncipe javanês Dipanagara (1785-1855), que se servira da mesma «bandeira» contra os holandeses e seus aliados indonésios durante a guerra de Java (1825-1830), referindo-se à necessidade de *mangun luhuripun Agami islam ing tanah Jawa sedaya* («erguer o alto estado da religião islâmica [isto é, a ordem moral em geral] por toda a terra de Java») em face da repressão colonial dos valores e cultura javanese (Carey, 1974, p. 285, e 1987, pp. 279-281).

Embora o SI tenha sido posteriormente destruído enquanto força política, no início dos anos 20, depois de ter sido infiltrado pelo Partido Comunista Indonésio (PKI) e da subsequente luta interna entre marxistas e islamitas, não restam dúvidas de que deixou um importante legado ao posterior movimento nacionalista secular. Sukarno, que tinha sido profundamente influenciado pelo líder do SI, Haji Umar Said Tjokroaminoto (1882-1934), em cuja casa se instalara durante os seus tempos de estudante no Liceu Holandês (HBS) de Surabaya, desenvolveu as suas abrangentes teorias nacionalistas, com que procurava conciliar o islão, o marxismo e o nacionalismo num todo coerente, contra o pano de fundo da experiência do SI, e referiu-se ao confronto inevitável entre as frentes «castanha» e «branca». É certo que, não obstante os esforços de Sukarno, o nacionalismo secular, o comunismo e o islamismo jamais transcenderiam as suas inerentes diferenças, percorrendo mais tarde caminhos diferentes em direcção a uma Indonésia independente. Contudo, a ressonância do movimento SI permaneceu importante. O uso mais generalizado da língua indonésia (*bahasa Indonesia*) enquanto veículo do movimento nacionalista indonésio ficou também a dever muito à experiência do SI. Antes da primeira guerra mundial, o javanês e o holandês tinham sido utilizados pelas elites cultas como os principais meios de comunicação: a Budi Utomo, por exemplo, não obstante a sua inicial adopção do malaio, permaneceu ao longo da sua existência (1908-1935) como uma organização javanesa quintessencial, com ramificações no exterior, principalmente entre os soldados javaneses em serviço nas guarnições das outras ilhas do arquipélago. O advento do SI marcou, assim, uma mudança na natureza dos movimentos políticos protonacionalistas da Indonésia, com a introdução de estruturas organizacionais mais ocidentalizadas e um uso mais alargado da *bahasa Indonesia* não elitista (Shiraishi, 1990, cap. 2).

Quando nos debruçamos sobre o caso de Timor Leste, torna-se evidente que a Igreja católica do território desempenhou um papel de importância similar ao do islamismo político na Indonésia dos inícios do século, ao proteger, depois de 1975, um sentimento específico de identidade nacional. Forjada inicialmente nos laços que se desenvolveram entre um pequeno grupo de sacerdotes, os quais, como o português padre Leonato do Rego, acompanharam a FRETILIN para as montanhas em 1975-1976 e as populações das zonas de guerrilha (Dunn, 1983, pp. 307-308), a relação assumiria, em finais dos anos 80, um carácter amplo e multifacetado, fornecendo uma essencial dimensão moral à causa da guerrilha (Archer, 1995, pp. 120-133). Xanana, por exemplo, enfatizou na entrevista que concedeu a Robert Domm em Setembro de 1990 o modo como o clero timorense «desempenhou um papel indirecto, fortalecendo a consciência patriótica [pelo que] o povo tinha [desenvolvido] uma enorme confiança na Igreja. [O povo] sente que [a Igreja] não está isolada do seu sofrimento, mas sim em solidariedade com ele» (Domm, inédito). Esta

solidariedade é especialmente notória no modo como a Igreja tem cuidado das esposas, viúvas, crianças e órfãos dos guerrilheiros resistentes timorenses, principalmente através da instituição dos *colégios*, centros católicos que consistem numa igreja paroquial, num convento para padres, irmãos leigos e freiras, num internato para rapazes e raparigas e numa grande extensão de terreno em parte arrendado a agricultores locais e em parte cultivado pelos próprios alunos para o abastecimento da cozinha da escola (Aditjondro, 1994, pp. 28 e 42, nota 13). É possível estabelecer aqui um paralelismo interessante com o internato islâmico (ou *pesantrèn*) de Java, que desempenhou um papel de grande importância durante a guerra de Java (1825-1830) (Carey, 1987, pp. 302-311) e a revolução (1945-1949) (Soejatno, 1974, pp. 100-104; Stange, inédito, pp. 131).

Esta rede de *colégios* e centros da Igreja que cuidam das famílias dos guerrilheiros desempenhou também um papel importante na manutenção do conhecimento da língua e dos costumes portugueses (Lewis, 1993, p. 118). A uma mais jovem geração timorense, à qual se tinha recusado acesso a tal conhecimento nas escolas indonésias, e a uma sociedade colonial moderna dominada por uma cultura estrangeira (principalmente javanesa) originária das ilhas interiores da Indonésia, a Igreja de Timor Leste ofereceu um espaço cultural e espiritual único. Aqui não só se honrava a herança lusófona da era pré-1975, como se respeitava também o sistema de crenças pré-cristão (por exemplo, a veneração local dos bens familiares [*lulik*]). A iconografia da Igreja católica, com os seus crucifixos, as suas virgens santas, os seus nichos e estruturas de *via dolorosa*, servia de certa maneira como um substituto para as variadas formas de veneração dos antepassados e do *lulik*, cada vez mais difíceis de manter em Timor devido à sua potencial associação (aos olhos dos indonésios) às reuniões da FRETILIN (Aditjondro, 1994, p. 35).

O português, anteriormente a língua da opressão na era colonial, adquiria agora um valor de língua da resistência, embora poucos timorenses da geração pós-1975 tivessem tido a oportunidade de o estudarem adequadamente. Abolido nas escolas públicas e privadas no início dos anos 80, bem como proibida a sua utilização na liturgia, o português tornar-se-ia, em finais da mesma década, o veículo da comunicação clandestina *par excellence* entre a geração mais velha de líderes da resistência e os estudantes militantes tanto em Timor Leste como no estrangeiro, bem como nos círculos da Igreja católica timorense. Este desenvolvimento foi recentemente apoiado (em 28 de Novembro de 1995) pelo lançamento do novo satélite português *Asiasat-2*, por meio do qual é possível retransmitir sinais de rádio e televisão portugueses para Timor Leste, uma iniciativa encorajada pela resolução do *All-Inclusive Intra-East Timor Dialogue*, realizado em Burg Schlaining, na Áustria, em Junho de 1995, sobre a necessidade de preservar a identidade cultural e a herança lusófona do povo de Timor Leste (*Diário de Notícias*, 28 de Novembro de 1995; *Timor Link*, 33, Junho de 1995, pp. 1-2).

Simultaneamente, o *tetun* ocupou o seu lugar como a língua popular da identidade nacional timorense, uma *língua franca* que, em finais dos anos 80, tinha condenado a maior parte das outras línguas vernaculares timorenses (cerca de 30 antes da invasão indonésia) à virtual extinção. Ironicamente, as acções do exército indonésio em Timor Leste contribuíram também para acelerar este processo de «tetunização». A política que desenvolveram no sentido de conduzirem todos os timorenses rendidos para «campos de reocupação» após a campanha de «cerco e aniquilação» de 1977-1978 contra os restantes bastiões da FRETILIN nas montanhas obrigaram muitos dos diversos povos reunidos nos campos, muitos dos quais provenientes de diferentes partes do país, a utilizarem o *tetun* como o principal meio de comunicação, em vez de recorrerem aos seus próprios dialectos (Cox e Carey, 1995, p. 42). Salvo todas as diferenças de contexto, um processo algo similar pode ser encontrado no período final das Índias Holandesas, em que o desenvolvimento de instalações educativas em Java atraiu estudantes de todo o arquipélago e acelerou a adopção da *bahasa Indonesia* enquanto língua nacional em detrimento dos diversos dialectos regionais (Nagazumi, 1972, p. 72). Contudo, no caso de Timor Leste, o papel da Igreja revestiu-se também de grande importância, já que foi sob a recomendação dos religiosos de Timor Leste que o Vaticano permitiu a utilização do *tetun* na liturgia quando, em Outubro de 1981, o português foi banido pelas autoridades indonésias (Carey e Bentley, 1995, p. 12; Marcos, 1995, pp. 130 e segs).

De facto, a Igreja de Timor Leste beneficiava de uma invulgar e privilegiada relação com Roma. Uma vez que Timor Leste era objecto de uma disputa internacional (a posição oficial do Vaticano era a de que «Timor Leste abandonou Portugal, mas ainda não se juntou à Indonésia»), o Vaticano não anexaria a diocese à Conferência Episcopal Indonésia, administrando-a directamente a partir de Roma, por via do gabinete do pró-núncio de Jacarta (Archer, 1995, p. 126). Esta disposição, que permanece em vigor até hoje (1996), significa que, durante a invasão indonésia, a Igreja católica de Timor Leste constituiu a única instituição local capaz de comunicar independentemente com o mundo exterior, mantendo contactos com uma estrutura internacional, o que lhe permitiu uma certa independência em relação às autoridades indonésias. Em consequência, durante as décadas de 80 e 90, a Igreja conseguiu, em maior medida do que qualquer outra instituição timorense (com a possível excepção da resistência), defender indivíduos e valores ameaçados. Tanto o primeiro administrador apostólico do período posterior à invasão, monsenhor Costa Lopes, como o seu sucessor, monsenhor (ordenado bispo em 1988) Carlos Filipe Ximenes Belo, conquistaram grande respeito popular devido aos seus esforços para protegerem os indivíduos contra as violações dos direitos do homem. Mas ambos se viram obrigados a actuar num equilíbrio precário entre a política do Vaticano, que sempre receou que uma tomada de

posição demasiado enérgica pela causa de Timor Leste pudesse dar origem a represálias religiosas ou políticas sobre a Igreja católica na Indonésia (onde existem cerca de 5 milhões de católicos), e as exigências dos jovens nacionalistas de Timor Leste, que gostariam de ver Ximenes Belo utilizar a sua posição na hierarquia da Igreja para defender, pública e inequivocamente, o movimento nacionalista. Não deixa de ser significativo que quase todas as manifestações políticas importantes no próprio território timorense, especialmente aquelas organizadas pelos estudantes resistentes, tenham ocorrido durante eventos relacionados com a Igreja: por exemplo, a missa papal de 12 de Outubro de 1989, as celebrações do 15.º aniversário da diocese de Díli, em 4 de Setembro de 1990, e, evidentemente, o serviço comemorativo de 12 de Novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz.

## CONCLUSÕES

Por uma questão de espaço, não nos é possível desenvolver uma análise mais pormenorizada dos paralelismos entre o *jaman kebangkitan* na Indonésia (1908-1942) e o processo pós-1975 em Timor Leste, que se caracterizou também por um profundo sentimento de nacionalidade timorense. Contudo, entre as diversas áreas que podemos tomar em consideração contam-se: primeiro, o desenvolvimento (a partir de Outubro de 1943) do exército voluntário indonésio *Pembela Tanah Air* («Protectores da Pátria»), instruído pelos japoneses, o qual, em finais da guerra, dispunha de 37 000 homens em Java e de cerca de 20 000 em Samatra e que mais tarde, com a adição de secções do ex-exército colonial holandês (o *Koninklijk Nederlands-Indisch Leger*, KNIL), constituiria o núcleo do exército pós-1945 da República Indonésia, o *Tentara Nasional Indonesia*, e o desenvolvimento, a partir da guerra civil de Agosto de 1975, da *FALINTIL* de Timor Leste, que se constituiu também a partir de uma força colonial, mas cujo maior crescimento, enquanto exército de guerrilha, se registou depois do colapso das estruturas convencionais de resistência, no seguimento da queda do baluarte do monte *Matebian*, em finais de 1979. Em segundo lugar, é possível estabelecer um paralelismo entre, por um lado, a relação frequentemente desconfortável, na Indonésia, entre os políticos civis e os líderes militares, por vezes designada pelos historiadores, de forma sumária, como a tensão entre a *diplomasi* (diplomacia) e a *perjuangan* (luta militar), e o modo como estas tensões moldaram a política da revolução (1945-1949) e, por outro, a situação em Timor Leste, onde os veteranos da *FALINTIL* — a Frente Clandestina de Resistência Civil, liderada por estudantes [que actualmente se julga contar com cerca de 3000 militantes em Timor Leste e na Indonésia (UNGA, inédito, p. 2)] — e a Igreja, sob a liderança do bispo Ximenes Belo, defendem diferentes prioridades em termos da luta anticolonial, bem como

diferentes estilos de liderança. Finalmente, é possível olhar para o modo como os movimentos nacionalistas, tanto indonésio como timorense, avançaram com os seus próprios termos políticos para descreverem as especificidades sociais das suas revoluções: estamos aqui a referir-nos, por exemplo, à palavra *marhaen*, que foi adoptada por Sukarno em finais da década de 20 para descrever um grande número de indonésios, especialmente agricultores das áreas rurais, que, se bem que esmagados pela pobreza e oprimidos pela capital colonial, não deixaram de ser proprietários dos seus próprios meios de produção (isto é, pequenos lotes de terra e alguns utensílios) (Cribb, 1992, p. 286), bem como à utilização do termo *maubere*. Derivado da expressão *mambai*, para «meu irmão», ou «meu amigo» (feminino: *bibere* = «minha irmã»), e empregue nos tempos coloniais portugueses para denotar tudo o que era desprezível aos olhos dos portugueses e dos timorenses urbanos ou civilizados acerca dos ignorantes e depauperados camponeses das terras altas, o termo acabaria por simbolizar a luta nacional pós-1974 pela emancipação dos habitantes rurais de Timor Leste e pela sua transformação em verdadeiros «filhos» e «filhas» de um Estado independente (Marcos, 1995, pp. 120-122).

Chegará o dia em que os indonésios terão maior acesso àquilo que foi feito em seu nome no distante Timor e em que os próprios timorenses serão capazes de escrever a sua própria história e de desenvolver as suas próprias perspectivas sobre a luta que travaram pela sua nação e independência. Até que esse dia chegue, ambos os povos poderão talvez reflectir com proveito sobre os processos pelos quais a Indonésia se libertou dos holandeses em meados do século, uma liberdade que, do ponto de vista privilegiado de finais dos anos 30, parecia quase impossível de alcançar.

#### BIBLIOGRAFIA

- ADITJONDRO, G. (1994), *East Timor: an Indonesian Intellectual Speaks out*. Edited by H. Feith, E. Baulch e P. Walsh, Canberra, Australian Council for Overseas Aid (ACFOA Development Dossier 33).
- ALATAS, A. (1992), *East Timor: De-Bunking the Myths around the Process of Decolonization*, comunicação apresentada ao National Press Club, Washington, D. C., 20 de Fevereiro de 1992, *Indonesian News* (Departamento de Informação, Embaixada da Indonésia, Londres), XX (28) (20 de Março de 1992), edição especial.
- AMNISTIA INTERNACIONAL (1994), *East Timor: Who is to Blame? Statement before the UN Special Committee on Decolonization — July 1994*, Londres, Secretariado Internacional da AI.
- ANDERSON, B. R. O'G. (1972), *Java in a Time of Revolution, Occupation and Resistance, 1944-1946*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.
- ARCHER, R. (1995), «The Catholic Church in East Timor», in P. Carey e G. C. Bentley (eds.), *East Timor at the Crossroads: the Forging of a Nation*, Londres, Cassell, pp. 120-133.
- BEZEMER, T. J. (1921), *Beknopte Encyclopedie van Nederlandsch-Indie*, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff.
- BILVEER SINGH (1995), *East Timor, Indonesia, and the World: Myths and Realities*, Singapura, Singapore Institute of International Affairs.



- BOOTH, A. (1992), «Can Indonesia survive as a unitary state?», in *Indonesia Circle*, 58, pp. 32-47.
- CAREY, P. (1974), «Javanese histories of Dipanagara: the Buku Kedhung Kebo, its authorship and historical importance», in *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, CXXX (2-3), pp. 259-288.
- CAREY, P. (1987), «Satria and santri: some notes on the relationship between Dipanagara's kraton and religious supporters during the Java war (1825-1830)», in T. I. Alfian et al. (eds.), *Dari babad dan hikayat sampai sejarah kritis: kumpulan karangan dipersembahkan kepada Prof. Dr. Sartono Kartodirdjo*, Yogyakarta, Gadjah Mada University Press, pp. 270-318.
- CAREY, P., e BENTLEY, G. C. (eds.) (1995), *East Timor at the Crossroads: the Forging of a Nation*, Londres, Cassell.
- COX, S., e CAREY, P. (1995), *Generations of Resistance: East Timor*, Londres, Cassell.
- CRIBB, R. (1992), *Historical Dictionary of Indonesia*, Metuchen, Nova Iorque, Scarecrow Press.
- DEFERT, G. (1992), *Timor Est. Le génocide oublié: droit d'un peuple et raisons d'états*, Paris, Harmattan.
- DOEL, H. W. van den (1996), *Het rijk van Insulinde*, Amsterdão, Prometheus.
- DOMM, R. (1990), «Timor rebels fight on with «Unshakeable Morale»», in *The Age*, 25 de Outubro de 1990, Melbourne.
- DOMM, R. (inédito), «Report from the mountains of East Timor: interview with resistance guerilla commander, Shanana [sic] Gusmao (Australian Broadcasting Corporation, «Background briefing»», 28-30 de Outubro de 1990).
- DUNN, J. (1983), *Timor: A People Betrayed*, Milton, Queensland, Jacaranda Press.
- KAHIN, A. R., e KAHIN, G. M. (1995), *Subversion as Foreign Policy. The Secret Eisenhower and Dulles Debacle in Indonesia*, Nova Iorque, New Press.
- KAHIN, G. M. (1970), *Nationalism and Revolution in Indonesia*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press Paperbacks.
- KELL, T. (1995), *The Roots of the Acehnese Rebellion, 1989-1992*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell Modern Indonesia Project.
- LEWIS, N. (1993), *An Empire of the East: Travels in Indonesia*, Londres, Jonathan Cape.
- MARCOS, A. (1995), *Timor Timorense, com Suas Línguas, Literaturas, Lusofonia ...*, Lisboa, Edições Colibri.
- MUBYARTO et al. (1991), *East Timor: the Impact of Integration. An Indonesian Socio-anthropological Study. Edited by P. Walsh*, Indonesian Resources and Information Program (IRIP), Northcote (Austrália) (trad. e ed. inglesa de um estudo em língua indonésia originalmente preparado para o Research Centre for Village and Regional Development, Universidade de Gadjah Mada, Yogyakarta, 1990).
- MURDANI, L. B. (1990), «Don't dream, or else ...», in *Inside Indonesia*, 23 (Junho de 1990), pp. 14-15 [transcrição parcial do discurso proferido pelo general L. B. («Benny») Murdani em Díli perante 400 oficiais a 3 de Fevereiro de 1990].
- NAGAZUMI, A. (1972), *The Dawn of Indonesian Nationalism: the Early Years of the Budi Utomo, 1908-1918*, Tóquio, Institute of Developing Economies (I. D. E. Occasional Papers Series, 10).
- O'MALLEY, W. J. (inédito), *Indonesia in the Great Depression: a Study of East Sumatra and Jogjakarta in the 1930's* (dissertação de doutoramento, Universidade de Cornell, 1977).
- PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE (1992), *East Timor: the Santa Cruz Massacre/Timor Oriental: Massacre de Santa Cruz*, Lisboa.
- PENDERS, C. L. M. (1977), *Indonesia, Selected Documents on Colonialism and Nationalism, 1830-1942*, St. Lucia, Queensland University Press.
- SALDANHA, J. M. de S. (1994), *Ekonomi politik pembangunan Timor Timur*, Jacarta, Sinar Harapan.
- SCHERER, S. P. (1985), *Keselarasan dan kejanggalan: pemikiran-pemikiran priayi nasionalis Jawa awal abad XX*, Jacarta, PT Sinar Agape (trad. indonésia de *Harmony and Dissonance: Early Nationalist Thought in Java*, dissertação de mestrado inédita, Universidade de Cornell, 1975).

- SHIRAISHI, T. (1990), *An Age in Motion: Popular Radicalism in Java, 1912-1926*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.
- SOEJATNO (1974), «Revolution and social tensions in Surakarta, 1945-1950» (trad. por Ben Anderson), in *Indonesia*, 17, pp. 99-112.
- SOEKARNO (1956), *Indonesia menggugat: pidato pembelaan Bung Karno dimuka Hakim Kolonial. Cetakan kedua*, Jakarta, Penerbitan S. K. Seno.
- STANGE, P. (inédito), *The Sumarah Movement in Javanese Mysticism* (dissertação de doutoramento, Departamento de História da Universidade do Wisconsin, Madison, 1980).
- UNGA (inédito), UN General Assembly, East Timor [*working paper* preparado pelo *Special Committee on Decolonisation*, 17 de Junho de 1996 (A/AC. 109/2049)].
- WEATHERBEE, D. (1996), «Portuguese Timor: an Indonesian dilemma», in *Asian Survey*, VI (12), pp. 683-695.

*Tradução de Rui Cabral*